

Ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária, do terceiro ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos oito de novembro de dois mil e onze, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Vice-Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Secretários Srs. Rubens das Virgens e Alfredo Chiavegato Neto. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Alfredo Chiavegato Neto para proferir o seguinte texto: Evangelho de Lucas – Capítulo 17, versículos 1 a 6: “Jesus disse a seus discípulos: ‘É inevitável que aconteçam escândalos, mas, ai daquele que produz escândalos! Seria melhor para ele que lhe amarrassem uma pedra de moinho no pescoço e o jogassem no mar, do que escandalizar um desses pequeninos. Prestem atenção! Se o seu irmão peca contra você, chame a atenção dele. Se ele se arrepender, perdoe. Se ele pecar contra você sete vezes num só dia, e sete vezes vier a você, dizendo: ‘Estou arrependido’, você deve perdoá-lo.’ Os apóstolos disseram ao Senhor: ‘Aumenta a nossa fé!’ O Senhor respondeu: ‘Se vocês tivessem fé do tamanho de uma semente de mostarda, poderiam dizer a esta amoreira: ‘Arranque-se daí, e plante-se no mar’. E ela obedeceria a vocês.’” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foi colocada em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Edison Cardoso de Sá pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos Requerimentos e das Indicações dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi

o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, foram lidas as ementas dos seguintes ofícios do Senhor Prefeito: 1. Ofício DER nº 051/2011, encaminhando Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre substituição da Tabela I, da Lei Complementar nº 4, de 20 de dezembro de 1991 (Código Tributário do Município); 2. Ofício DER nº 052/2011, encaminhando Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre substituição da Tabela II, da Lei Complementar nº 4, de 20 de dezembro de 1991 (Código Tributário do Município); 3. Ofício DER nº 053/2011, encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre fornecimento de “Cesta de Natal” aos servidores da Prefeitura, a seguir, foram os referidos projetos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer; 4. Ofício SEGOV nº 0665/2011, dando resposta ao Requerimento nº 118/2011 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri referente às informações sobre o número de containers (lixeiros verdes) distribuídas pela Cidade, entre outras questões; 5. Ofício SEGOV nº 0669/2011, dando resposta ao Requerimento nº 134/2011 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri referente às informações sobre quais medidas estão sendo tomadas sobre o problema da coleta de lixo no Município; 6. Ofício SEGOV nº 0686/2011, dando resposta ao Requerimento nº 076/2011 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando à CPFL Jaguari informar a esta Casa de Leis os motivos de ainda não terem sido ligadas as lâmpadas dos postes que, há dois meses foram trocados, na Praça Emílio Marconato, nas Chácaras Primavera, defronte ao nº 123 (com cópia para o Prefeito); 7. Ofício SEGOV nº 0696/2011, dando resposta ao Requerimento nº 079/2011 do Sr. Rainero Venturini referente às informações sobre os motivos dos Vereadores não serem convidados para participarem de reuniões quando de mudanças nos serviços públicos que atingem diretamente à população, em especial, quanto à mudança de horários do transporte urbano, acontecida em maio deste ano; 8. Ofício SEGOV nº 0697/2011, dando resposta ao Requerimento nº 080/2011 da Sra, Maria Nalva Vieira Gama referente às informações se existe por parte da Administração Municipal fiscalização do cumprimento pelas Estâncias Metrópolis Viagens e Turismo Ltda. dos horários estabelecidos nas linhas de ônibus em todo o Município, entre outras questões; 9. Ofício SEGOV nº 0699/2011, dando resposta ao Requerimento nº 140/2011 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri referente às informações se os servidores públicos municipais não são beneficiados com convênio médico, entre outras questões; 10. Ofício SEGOV nº 0702/2011, dando resposta ao Requerimento nº 083/2011 da Sra. Karina Valéria Rodrigues referente às informações sobre a existência de projeto para a iluminação e calçamento para trânsito de pedestres do trecho entre o centro da

cidade e o Parque Florianópolis, conforme exigências do D.E.R. – Departamento de Estradas de Rodagem, entre outras questões. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes proposições dos Senhores Vereadores:

Requerimentos: 1. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a não utilização da base de segurança construída na divisa entre Jaguariúna e Santo Antonio de Posse; 2. Do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando à Mesa mudança do dia da realização da 27ª Sessão Ordinária, de 15 para 17 de novembro de 2011, quinta-feira. Indicações: 1. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal, instalação de estruturas adequadas nos pontos de ônibus do bairro Jardim Europa; 2. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal melhoria no atendimento da farmácia 24 horas do Hospital Walter Ferrari; 3. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal limpeza das vias públicas, dos terrenos, retirada dos entulhos e dedetização de terrenos baldios por conta dos carrapatos, no bairro de Guedes; 4. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal limpeza da Praça Umbelina Bueno, no centro da cidade, aos finais de semana, após a Feira Livre; 5. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal troca das luminárias e das lâmpadas na Praça Emílio Marconato, nas Chácaras Primavera; 6. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal elaboração de projeto para construção de área de lazer no bairro Colinas do Castelo; 7. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal revisão no critério de rebaixamento do Campeonato de Futebol de Salão (Taça Ouro); 8. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal a realização de um ranking permanente nos campeonatos e torneios da cidade; 9. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal a anulação do teste de aptidão física (TAF) do concurso 02/2010. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 000586/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 9.540,00; 2. Comunicado nº 000152/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 222.077,71; 3. Ofício nº 907/2011 – GERAT/DR/SPI – do Gerente de Atendimento DR/SPI dos Correios dando resposta ao Requerimento nº 133/2011 do Sr. Airton Braulino Jorge referente às informações sobre medidas para sanar os problemas que estão ocorrendo na Agência de Jaguariúna, pela falta de pessoal para atendimento, tanto na agência, como na entrega; as filas de espera cada vez maiores, entre outras; 4. Ofício SRI nº 383/2011 da Secretária de Relações Institucionais acusando

recebimento da Moção nº 097/2011 da Sra. Karina Valéria Rodrigues e Outros, de congratulações e louvor a todos os funcionários públicos da Cidade pelo seu dia, comemorado em 28 de outubro. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a não utilização da base de segurança construída na divisa entre Jaguariúna e Santo Antonio de Posse, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando à Mesa mudança do dia da realização da 27ª Sessão Ordinária, de 15 para 17 de novembro de 2011, quinta-feira, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso por dez minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomariam a palavra os Sr. Rubens das Virgens e Airton Braulino Jorge que a passaram; tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que gostaria de iniciar sua fala, se dirigiu ao Presidente, falando que além de Vereador, gostava de frequentar os espaços públicos do Município, principalmente, os campos de futebol, e que teve a oportunidade, no domingo anterior, de estar jogando na Roseira, e que assim que terminou o jogo deles, inúmeros representantes de times foram conversar com ele, pedindo, clamando para que eles pudessem falar um pouquinho da situação das Praças Públicas de Esportes, e que era lamentável, e podiam constatar, só indo no local, a má qualidade dos gramados, dos campos, a má qualidade dos vestiários, os vestiários quebrados, sem o mínimo possível de higiene, para que alguém pudesse praticar o esporte, principalmente, não tinha nem papel higiênico em nenhum dos vestiários, principalmente, da Roseira, onde todas as pessoas que lá utilizavam, usavam o vestiário próximo do bar, ou seja, tanto o pessoal que jogava futebol de salão, pois estava tendo o Campeonato Amador de Futebol de Salão, assim como o Campeonato Veterano de Campo, e que eram vários times para utilizar o mesmo vestiário, uma dificuldade grande de logística para isso, e os dirigentes foram conversar com ele e que ele pôde comentar com o nobre Presidente, e o mesmo contactou que no Azulão, no “Caio Pompeu de Toledo”, de seis vestiários que estavam lá, somente dois ficavam abertos para a utilização dos esportistas, e que não estavam sendo utilizados porque estavam quebrados, por falta de manutenção; disse que era lamentável verem isso, e que se não tivesse condições de pelo menos construir mais um espaço público de

lazer, uma praça pública, mais um campo, e que sabiam que estava sempre necessitado, e a prática esportiva demandava isso, pelo menos mantivesse o que já tinha, porque era inadmissível verem e chegar num domingo, ainda mais num domingo de manhã, e que sabiam que todo mundo, no sábado, extravasava um pouquinho, tanto na bebida, e ia praticar um esporte no final de semana, principalmente, no domingo, encontrar banheiro sem a mínima condição de utilização, e sabendo que, às vezes, muitas pessoas chegavam lá para utilizar mesmo, e não ter papel higiênico, chuveiro quebrado, era triste, era lamentável, sem falar com a qualidade que tinham os gramados; pediu, realmente, à Administração que se sensibilizasse, e que ele não tinha tido a oportunidade de fazer uma moção, e que achava que a única forma de poderem fazer isso seria uma moção de repúdio com relação à Administração, mas que não iria fazer, e que achava que estava ali o lamento dessas pessoas que o procuraram, esperava que houvesse uma reciprocidade por parte da Administração que pudesse resolver esse problema o mais rápido possível, porque a prática esportiva, realmente, era algo que merecia toda a atenção de uma administração, principalmente nestes locais que sempre foram bem cuidados e bem utilizados pela população; a seguir, comentou sobre outro fato, a respeito da Segurança, dizendo que achava que a Nalva tinha feito um requerimento muito bem encaminhado, a respeito da utilização daquela base de segurança construída na Posse, e que moradores do Rinaldi, do Nassif e do Europa foram conversar com ele, reclamando dos inúmeros assaltos que estavam ocorrendo naquelas localidades, nas residências, e que teve a oportunidade de conversar com o Secretário de Segurança, no dia anterior, pediu para ele uma atenção maior naquela localidade, mas não tinham dados estatísticos ali para poder falar, mas, realmente, a população estava presa dentro de casa em virtude de ficar com receio de sair e ver sua casa furtada; disse que gostaria de deixar mais uma solicitação à Administração que pudesse ver com carinho essa questão da segurança; a base que foi construída em dois mil e oito estava lá até hoje sem operação, e que tiveram a oportunidade de, em dois mil e oito, também, deixar várias câmeras de segurança no Município, e que hoje não tinha gente para operar as câmeras, nenhuma câmera foi instalada a mais, e as que estavam não estavam funcionando; disse que tiveram vários assaltos no Banespa, agora Santander, antigo Banespa, existia uma câmera de segurança em cima, bem na esquina, infelizmente, não foi possível com o auxílio dela tentar identificar qualquer tipo de pessoa que tivesse ali cometendo o delito, infelizmente, porque não tinha ninguém para operar o centro de operações e, conseqüentemente, as câmeras estavam todas inutilizadas, e que era com grande pesar que falava isso,

e nada, absolutamente, nada foi feito na área de segurança, principalmente, na área de pessoal, de motivação aos Guardas Municipais que, antigamente, se empenhavam, e muito, para poder trazer um pouquinho mais de tranquilidade para o Município, e hoje eles estavam desmotivados por falta, realmente, de comando e por falta de estrutura de trabalho, às pessoas que ali defendiam a integridade física de todos; disse esperar, realmente, que a Administração tivesse os olhos voltados para a segurança, porque não adiantava nada ter uma boa saúde, uma boa educação, se não se podia usufruir de tudo isso, não se podia sair de casa; disse que ficava ali o seu desabafo e esperava que a Administração escutasse, e com brevidade resolvesse os problemas; a seguir disse que mais uma vez iria usar a Tribuna para falar de uma matéria que tinha saído naquele dia, no Jornal “Todo Dia”, onde através de um índice FIRJAN, que era a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, elas determinavam as melhores cidades para se morar no Brasil, e, na matéria, a Região Metropolitana de Campinas tinha oito cidades entre as cinquenta melhores, e, infelizmente, pela primeira vez, Jaguariúna não estava colocada entre as cinquenta melhores, e que ela sempre esteve entre as dez melhores, e que agora ela estava, e que nem sabia como falava isso, mas deveria ser duzentéssimo trigésimo quinto lugar, e que infelizmente, a qualidade de vida de Jaguariúna estava caindo, e muito, em virtude de desmandos da Administração; disse que não era o jornal da oposição que estava falando, o jornal que estava falando era o “Todo Dia”, na matéria daquele dia, e que esperava que os jornais todos publicassem isso, e que não era só receber prêmio na Alemanha, e que ele não sabia de onde vinha o prêmio, porque todos sabiam que prêmios, hoje, eram vendidos para qualquer tipo de administração, para poder fazer publicidade política em cima disso, mas que esperava que os jornais publicassem onde eles tinham ido parar depois de apenas três ou quatro anos, enfim... disse que era inadmissível e era levado em consideração questões como Educação, Saúde e emprego e renda, e, infelizmente, o emprego e renda da cidade tinha caído, e muito, e que estavam aí os números que não deixavam mentir; disse que iria falar as cidades que eram da Região, que estavam à frente de Jaguariúna, bem à frente, a primeira seria Paulínia, a segunda colocada, depois Indaiatuba, Americana, Campinas, Hortolândia, Itatiba, Vinhedo, Valinhos; Santa Bárbara D’Oeste, Cosmópolis, Sumaré; disse que estavam pertinho de Pedreira, e não menosprezando Pedreira e Santo Antonio de Posse, pelo amor de Deus, mas estavam pertinho daí, e que infelizmente, era visto que as ações governamentais, realmente, não estavam chegando onde tinha que chegar, que era na melhoria da qualidade de vida do Município; disse e pediu, realmente,

que os jornais divulgassem isso à população, porque nem tudo eram flores, e que estavam vivendo aí uma situação triste no Município, tinham aí o Município sendo sucateado dia a dia, não havia nada de manutenção, fosse ela em todas as áreas, nada se fazendo de novo, e se falando apenas em revitalização, ou seja, deixava tudo acabar para depois revitalizar, para dizer que fez algo na determinada área, e que esperava que, realmente, a Administração voltasse os olhos para o Município, que, realmente, se preocupasse com as ações que chegavam até a população, e que sabiam que, em breve, as eleições municipais estariam aí, e que sempre falava que a melhor propaganda política de um governante eram as suas obras e o seu governo, não precisava cantar parabéns, bater bolinho, enfim, ir em festinha de aniversário, nada, e que não precisava nem fazer isso, realmente, o melhor cabo eleitoral de um governante eram as suas obras; disse esperar que, realmente, as obras que tanto a população clamava, viessem em breve e que se não acontecessem novas obras, que, pelos menos se mantivesse o que se tinha, porque até então eles estavam vendo tudo sendo, realmente, estragado, tudo estava se estragando, enfim, e estavam ali os reflexos, iam acontecendo, e ele, principalmente, que gostava de caminhar e participar, principalmente, dos momentos, tanto políticos como esportivos da Cidade, a cobrança era grande; para quem achava que, realmente, estava tudo bom, podia dizer a todos para que andassem na Cidade e verificassem que sempre havia, por mais que fosse bom, sempre havia o que fazer, e pediu para imaginarem onde as coisas não aconteciam; disse esperar que a Administração, realmente, se preocupasse um pouco mais, deixasse um pouquinho de se preocupar com uma esfera política maior e voltasse os olhos para o Município que, realmente, estava fadado ao esquecimento, por parte da Administração, deixando ao cargo de apenas Secretários que, às vezes, nem sabiam... o Sr. Presidente comunicou ao Vereador que seu prazo havia se esgotado, e o Vereador encerrou sua fala, agradecendo; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que a passou; tomou a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, e que só pegando um gancho, disse ao Vereador que ele tinha cometido um equívoco com relação aos esportes, e que, na verdade, foi destruída uma quadra poliesportiva e foi construído um campo de futebol no Gabinete do Prefeito, mas que lá não sabia dizer, porque ele não era jogador de futebol, não sabia nem jogar bolinha de gude, mas não sabia dizer se lá o vestiário era bom ou ruim, e que sabia que lá tinha uma churrasqueira, tudo, mas nunca jogou bola, nem quando criança, quanto mais agora; disse, ainda, que também tinha lido a notícia do jornal “Todo Dia” e ficou chocado; disse que tinha ali, e tinha tomado um cuidado em fazer uma

pesquisa, e que em dois mil e sete, Jaguariúna era o décimo nacional, estava em décimo lugar nacional, o índice de zero nove, e só para salientar, não era que as outras cidades subiram o índice, Jaguariúna caiu e caiu muito, ela ficou muito perto, mas muito perto de ser considerada moderada, uma cidade como Jaguariúna, antes era zero ponto nove, zero oitenta e um, e que hoje era zero ponto oito, zero, zero meia; disse que as cidades que tinham ficado acima de Jaguariúna, algumas até compreensíveis, como Paulínia, mas Hortolândia, Cosmópolis, Sumaré, era complicado, ficava muito difícil para eles, e esses índices, eram referentes a dois mil e nove, quando a Saúde no Município, e que eram índices fornecidos pela Prefeitura, e que eles não podiam se esquecer que houve uma diminuição na geração de empregos, e que na Casa tinham dois sindicalistas que deveriam estar sabendo disso, porque não deveria estar vindo indústrias para cá, e que naquele dia ele tinha recebido um convite de uma indústria, e que não sabia, precisavam verificar, porque na verdade eram quatro Secretarias, a do Vice Prefeito, que era o Israel, que era a de Desenvolvimento Econômico, para trazer indústrias, em dois mil e nove; a do Silva, que era do trabalho, e que não sabia que ação que eles estavam fazendo, a Educação, que era a Cássia, se não se enganava, mas na época não era, e disse de se falar o que era correto, era a Alessandra, se ele não se enganava, e a Saúde que era a Maria do Carmo, e no Hospital a Família do Prefeito, o cunhado Pinotti, o pai, e que não se recordava, naquele momento, em dois mil e nove, quem era que administrava lá; disse que aqueles índices que baixaram ali, era complicado, porque diminuía muito a qualidade de vida da população, e que ficava triste com isso, e muito triste; uma cidade que vinha crescendo, mês a mês, dia a dia, ano a ano, e no hoje vir abaixando dessa maneira, e que era para ficarem muito triste mesmo; disse que era o que tinha a dizer, e disse de aguardarem, no ano que viria, o ano de dois mil e dez, e disse de verem do jeito que estava indo, e desejou boa noite a todos; a seguir, tomariam a palavra os Srs. Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Antonio Mauricio Hossri que a passaram. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o

Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Decreto Legislativo nº 010/2011, do Sr. Edison Cardoso de Sá, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Luis Joaquim Francisco. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, IV do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e em Votação Secreta: primeiramente, foi feita a chamada para verificação de “quorum”, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. A seguir, o Sr. Presidente determinou a distribuição de cédulas aos Vereadores, por ele rubricadas; em seguida foi feita a chamada para colocação dos votos na urna; feita a votação, o Sr. Presidente convidou os Vereadores Karina Valéria Rodrigues e Rainero Venturini para ajudarem na apuração e contagem dos votos; a seguir, o Sr. Presidente proclamou o resultado: nove votos favoráveis; o Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “3” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. Assim sendo o Projeto de Decreto Legislativo nº 010/2011, do Sr. Edison Cardoso de Sá, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Luis Joaquim Francisco, foi aprovado por unanimidade de votos. 2. Projeto de Decreto Legislativo nº 011/2011, do Sr. Edison Cardoso de Sá, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Flávio Fernandes Pacetta (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, IV do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, e agradeceu ao Vereador pela gentileza, e disse que queria fazer uso da Tribuna, primeiramente, para parabenizar pelo excelente projeto, pela pessoa, que tinha certeza, era merecedora, e que conhecia o Flávio já há algum tempo, mesmo antes de se formar em Direito, e sempre ajudou muito as pessoas que estavam começando, orientando e sempre atendendo muito bem às pessoas, e

Coordenador do Curso de Direito da Faculdade de Jaguariúna; o parabenizou, e agradeceu publicamente no tempo em que ele, Vereador, estava atuando pela sempre mão amiga, com os conselhos, e agradeceu publicamente; e o agradeceu, uma vez que o Sr. Flávio Fernandes Pacetta estava presente na assembleia; a seguir, pediu a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo de também fazer uso da palavra no sentido de dizer que conhecia a pessoa do Flávio, há longo tempo pela sua militância política, e agora, também, pela sua militância jurídica, no Direito, uma pessoa que também tinha trabalhado em prol do Município, e, com certeza era merecedor desse título, uma pessoa que vinha se prontificando em ajudar os Municípios, trabalhando ali na FAJ, trabalhando em prol da população, das pessoas que mais precisavam, através de seu conhecimento, e que entendia que este título era mais do que justo, era mais do que merecedor, e que queria conclamar a todos os seus nobres pares que votassem a favor desta honraria, que, com certeza, seria convocada pela Mesa da Casa, no sentido de ter a entrega dessa honraria que era uma festa importante a todos aqueles que estavam sendo homenageados neste dia em que ia ser contemplado no dia em que fosse convocada pela Casa, esta festa; disse que tinha era que agradecer, e que hoje, também, ele era o Diretor do seu curso de Direito, que ele tinha o prazer de fazer lá na FAJ, e que ele estava se realizando no Curso de Direito, que era um sonho, e este título era importante, e não tinha nada a ver uma coisa com a outra, mas aproveitava para dizer que a FAJ tinha um bom trabalho na cidade no Curso de Direito, e que era uma Faculdade importante para o Município, e que parabenizava e agradecia; a seguir pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que gostaria, em nome do Edison, externar os parabéns ao Flávio, presente na assembleia, e que, realmente, ele se sentisse ainda mais um cidadão jaguariunense através dessa singela homenagem que esta Câmara prestava a alguns munícipes que se destacavam no Município; disse que sabia do trabalho deles desde quando ele esteve à frente do Forum, e que ele pôde participar da Sociedade e ainda mais agora participando da vida acadêmica da Cidade, como diretor da área de Direito da FAJ; pediu que ele recebesse a singela homenagem dos Vereadores e que ele, realmente, desfrutasse desse título com todo o orgulho que eles estavam entregando a ele; o parabenizou; a seguir, em Votação Secreta: primeiramente, foi feita a chamada para verificação de “quorum”, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria

Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. A seguir, o Sr. Presidente determinou a distribuição de cédulas aos Vereadores, por ele rubricadas; em seguida foi feita a chamada para colocação dos votos na urna; feita a votação, o Sr. Presidente convidou os Vereadores Karina Valéria Rodrigues e Rainero Venturini para ajudarem na apuração e contagem dos votos; a seguir, o Sr. Presidente proclamou o resultado: nove votos favoráveis; o Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “3” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. Assim sendo o Projeto de Decreto Legislativo nº 011/2011, do Sr. Edison Cardoso de Sá, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Flávio Fernandes Pacetta, foi aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 001/2011, do Sr. Vereador Alfredo Chiavegato Neto, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 37, de 16 de maio de 1997, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I do R.I. cc Art. 42 da LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, apresentando emenda que dá nova redação ao art. 1º do referido projeto, que altera o Art. 1º da Lei Complementar nº 37, de 16 de maio de 1997, e acrescenta dois parágrafos ao referido artigo; a seguir foi lida Emenda Aditiva, de iniciativa do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que acrescenta o Art. 2º ao referido projeto de Lei Complementar, que autoriza o Poder Executivo a majorar o percentual equivalente a 0,20% a maior a ser proposto relacionado ao IPTU, para o exercício de 2012; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Emendas: Emenda Contida no Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade; em discussão e votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Emenda Aditiva do Sr. Alfredo Chiavegato Neto; em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; a seguir, em Discussão o projeto, pediu a palavra o Sr. Airton Braulino Jorge que cumprimentou a todos, dizendo de registrar que, disse ao Sr. Presidente, que ele achava louvável o projeto que, realmente, vinha beneficiar aquelas pessoas que mais necessitavam mesmo, e se usava como parâmetro disso, a extensão da construção, a aposentadoria e outras coisas, então, certamente a Casa iria aprovar, até pedia em nome do Colega, que se

aprovasse isso, realmente, mas que só queria deixar registrado, disse ao Sr. Presidente, que o projeto da isenção da taxa de lixo ele deveria partir do Executivo, e pelo que ele ficou sabendo tal projeto já estava em vias de conclusão e ele viria já contemplando essa isenção da taxa aos moradores, os aposentados e pessoas que tinham um imóvel com menos de cento e cinquenta metros, mas de qualquer maneira achava louvável e achava que todos deveriam votar favorável; desejou boa noite e agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que aquele projeto de lei visava, tão somente adequar uma situação que no Município já acontecia desde noventa e sete, através de uma lei municipal aprovada na Casa, de autoria do nobre Vereador Luiz Carlos de Campos, que era o Bozó, que todos conheciam, onde beneficiava todos os aposentados e pensionistas que tinham apenas um imóvel até cento e cinquenta metros de isenção de IPTU; disse que, naquela época, a taxa de coleta e remoção de lixo elas foram questionadas juridicamente e por isso não foram contempladas no projeto em questão; disse que, a partir do ano anterior, muitos deles estavam sabendo, além de aumentar o IPTU, subiu mais um pouco, a Prefeitura estava cobrando, também, o lixo que era removido nas casas de todos, através da cobrança no IPTU, e os aposentados e pensionistas não tiveram, por não estarem contemplados na lei, não tiveram essa isenção, e por fim acabaram tendo seus impostos de taxas sendo cobrados através do carne do IPTU; disse que muitos deles foram conversar com ele, e que tal projeto eles tiveram a oportunidade de entrar no dia dez de fevereiro de dois mil e onze, ou seja, estava na Casa há, aproximadamente, dez meses; conseqüentemente, o projeto para prosperar para o ano que viria, tinha que ser aprovado neste ano para poder valer para o próximo ano, por isso acabou conversando na semana anterior com os nobres Vereadores, que foram todos solícitos a ele, para que eles pudessem encaminhá-lo, para que as pessoas beneficiadas pudessem, a partir do próximo ano, já ter tal benefício; disse que achava louvável a vontade do Executivo em propor isso através de um projeto de lei, mas sabia que desde que eles criaram o recurso para que, realmente, a isenção pudesse prosperar, e foi aprovado através de uma emenda ali, ou seja, tal isenção para o Município representava quatorze mil reais ao ano, era muito pouco, a qual permitiriam, através daquele lei, que a Prefeitura, ao mandar o projeto de aumento de IPTU para o próximo ano, ela pudesse, além da infração majorar em mais zero vírgula dois por cento, que representava, com relação ao IPTU, que o orçamento de IPTU do Município era algo na ordem de sete milhões e meio, algo em torno de quinze mil reais, então, esta Câmara autorizou, e que achava que tinha todo o argumento possível

para a lei prosperar; voltou a dizer que era uma lei que já era do Legislativo anterior, e que só tinham feito uma adequação, para que, realmente, as pessoas que tinham essas necessidades, só tinham um imóvel, pudessem ser beneficiadas com essa isenção; agradeceu aos pares, Vereadores, o apoio para o projeto prosperar rápido, e ser votado ainda naquele ano, e, realmente, beneficiar estas pessoas que tanto mereciam, que eram os aposentados, pensionistas e as pessoas usufrutuárias desses imóveis; agradeceu. A seguir, em votação, foi o Projeto de Lei Complementar nº 001/2011, do Sr. Vereador Alfredo Chiavegato Neto, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 37, de 16 de maio de 1997, e dá outras providências, aprovado por unanimidade de votos;

2. Projeto de Lei nº 016/2011, do Sr. Vereador Edison Cardoso de Sá que dispõe sobre o fornecimento de alimentação diferenciada para crianças e adolescentes portadores de diabetes nas escolas públicas municipais. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.). Primeiramente foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Assistência Social, Lazer e Turismo. Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos dizendo que era um projeto louvável de autoria do nobre Vereador Edison Cardoso de Sá, e que, só seguindo uma linha de raciocínio, que foi colocado ali, e que aquela matéria tinha sido objeto de vários requerimentos da Casa, desde dois mil e nove, e, no seu entendimento, o Executivo não teria necessidade, e que sabia que o Vereador já tinha pedido, várias vezes, para fazer tal projeto, e que achava que ele já poderia ter feito, implantado, porque não havia necessidade do projeto de lei para cuidarem das crianças da Cidade, que tivessem algum tipo de doença, algum tipo de coisa, mas que só queria dizer isso, e parabenizar ao Vereador, e que desde dois mil e nove eles estavam solicitando, e que sabiam da deficiência disso; desejou boa noite; a seguir, pediu a palavra o Sr. Airton Braulino Jorge que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que, realmente, isso já vinha sendo solicitado, mas não era desde dois mil e nove, disse ao nobre Colega, e que a Vereadora Fefa, na última legislatura, também fez um requerimento neste sentido e não foi atendida; desejou boa noite e agradeceu. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 016/2011, do Sr. Vereador Edison Cardoso de Sá que dispõe sobre o fornecimento de alimentação diferenciada para crianças e adolescentes portadores de diabetes nas escolas públicas municipais, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato

(Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Sr. Vereador Fábio Augusto Pina que desejou boa noite à todos e disse que estavam numa reta final e que teria um projeto naquela Casa, na verdade dois, as contas de dois mil e nove, do atual Prefeito, que foram aprovadas pelo Tribunal de Contas e que tinha uma ressalva naquela conta, o qual refletia diretamente na Audiência Pública do dia vinte e um; o Vereador convidou à todos para participarem porque era a respeito do remanejamento do Orçamento que estava super estimado, nunca alcançava o que o Executivo mandava; a Cidade, todo mundo sabia, era só pegar simplesmente o balancete municipal, balanço municipal, e era fácil notar que tinha uma dívida muito alta no Município; tinham pessoas que recebiam por RPA que estavam reclamando que não estavam recebendo, ele achava que precisava analisar e que seria muito louvável as pessoas estarem presentes no dia vinte e um, porque, recentemente, foi acatado o parecer do Tribunal e, ele sabia que os Vereadores seguiam bem o Tribunal de Contas e ele sabia que já era o autor daquela emenda, já dizia desde aquele momento que faria aquela emenda como Presidente da Comissão de Orçamento e ele pedia que seguissem o Tribunal de Contas também, todo mundo junto para não ter um disparate, não dizer que, o Tribunal de Contas, houve uma falha ou não houve, então, era preciso seguir a orientação do Tribunal de Contas e reduzir o remanejamento, pelo menos, poderiam discutir todos os projetos de dinheiro disponível em uma secretaria, dinheiro disponível em outra mas, pelo menos estariam lá; ele contava com o apoio de todo mundo, quem quisesse assinar a emenda com ele, agradeceria muito; era aquilo que queria dizer, agradeceu e desejou boa noite; a seguir, usaria a palavra a Vereadora Karina Valéria Rodrigues que a passou; tomou a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que desejou boa noite à todos e disse que gostaria de usar da Explicação Pessoal e tocar no assunto que o nobre colega Fábio Augusto Pina disse muito bem a respeito dos RPAs; em dois mil e nove, por diversas vezes aquela Casa vinha discutindo o tema onde se sugeria que a administração anterior gastava, e muito, com RPA e disse que, a atual Administração iria acabar com os RPAs, pelo contrário, se pegasse o Orçamento Municipal, as despesas com o RPA, mais que duplicaram, enfim, não conseguiram acabar com o RPA, porque não conseguiram acabar com o RPA? Porque o Orçamento do Município, o gasto com o funcionalismo público através de dados da última Audiência Pública de Metas Fiscais, estava próximo dos quarenta e seis por cento, se acabasse com o RPA e contratasse servidor por concurso público, que era o correto, contratar por concurso público, se contratasse, estouraria o índice de cinquenta e seis por cento que mandava a legislação; então, se não mandasse um monte de funcionário comissionado

embora, não tinha como contratar o funcionalismo através de concurso público; ele dizia aquilo porque foi dito na Sessão, que para se tirar uma prova técnica, de aptidão, ele não sabia se era com relação aos bombeiros, ele não se lembrava disso, anulação de teste de aptidão física, ele sabia que muitas pessoas se dedicaram àquele teste, principalmente os bombeiros que estavam na fila esperando a oportunidade de ingressar na carreira pública e até agora ninguém foi chamado; então, ele acreditava que o RPA, infelizmente, não iria acabar, como diziam que em dois mil e nove iria acabar; agora, achava louvável que se tomassem esforços para se contratar as pessoas do concurso público, principalmente os professores para poder assumir uma função junto à administração pública, através do concurso público e não os RPAs, ou se continuasse com os RPAs, que pelo menos se pagasse em dia, porque numa sessão de setembro, os funcionários que eram contratados por RPA, não tinham recebido ainda, no final de setembro, o salário de agosto; então, era duro falar aquilo no nosso Município, mas, era a pura verdade; aproveitando também, a deixa que o nobre colega Fábio Augusto Pina disse com relação ao Orçamento, ele achava que o remanejamento era bem vindo num momento como aquele e, realmente, o Tribunal de Contas havia apontado aquilo, ou seja, foi permitido à Prefeitura, remanejar quarenta por cento do Orçamento do Município, o que a lei permitia era a infração, ou seja, em torno de oito ou nove por cento que foi dado naquele ano, porque daquilo? Disse que não adiantava nada discutir um Orçamento na Cidade, se o Prefeito, lá no gabinete, e através da discussão com a sociedade, Associações de Bairros, entidades, e eles bolarem um Orçamento municipal do qual, já vinha feito pelo Executivo e aprovado naquela Casa, sendo que o Prefeito tinha o direito de remanejar quarenta por cento daquilo, ou seja, o Orçamento estava estimado em torno de duzentos e trinta milhões para o ano vindouro, daria para a Prefeitura remanejar oitenta milhões de reais, se fosse reduzido aquilo para dez, estavam falando algo em torno de vinte milhões de reais que também não era pouco, era muito dinheiro para se remanejar, haja vista, que tinha o Orçamento não mão e quem mandava o Orçamento para a Casa, era o Executivo; cabia a eles discutirem aquela proposta, disse ao Vereador Fábio Augusto Pina e que poderia contar com ele porque na primeira vez que foi discutido o Orçamento de dois mil e nove, ele sabia, e foi dito na Casa que deveriam dar um cheque em branco para a Administração para que, ela realmente, pudesse fazer o Orçamento da forma que melhor conviesse; agora, eles estavam no final do mandato e caberia a Câmara, pelo menos discutir aonde o dinheiro estava indo, não era porque estava proibindo de remanejar, se estava faltando remanejamento para determinada pasta, saúde,

educação, era só mandar uma lei para a Câmara, “preciso porque?, porque faltou dinheiro e estou tirando desta Secretaria e estou mandando para aquela”; então era isso, o papel fiscalizador da Câmara e ele achava que lá estaria a oportunidade, realmente, de desempenhar um papel fiscalizador; deixou ainda mais um repúdio a Administração, houve uma conversa e havia funcionários na Casa que estavam sabendo que a Prefeitura queria transformar o regime celetista, do qual, todos os funcionários, excetuando uns dez, que eram de épocas anteriores à Constituição de oitenta e oito, que eram celetistas, que era o Regime Previdenciário da União e do Brasil para o Regime Estatutário, aquilo era um afronta para o Município, era acabar com o serviço público do Município, porque na Lei Orgânica do Município estava todas as garantias e além daquelas garantias que a CLT permitia ao funcionalismo, a única preocupação que talvez teria, era com relação à aposentadoria, mas, ele disse o seguinte, com relação à aposentadoria: o Governo Federal e Governo Estadual, que a maioria eram estatutários, estavam acabando com aquele tipo de privilégio porque o caixa não iria dar, agora se o Governo Federal e Estadual que tinha o ingresso, principalmente o Federal, que tinha o ingresso no mercado do trabalho, milhões e milhões de brasileiros, todos os dias, naquele momento o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que caberia ao Amaro que levasse aquela discussão junto à entidade da classe, pois ele era o representante dela; se tinha milhões e milhões de pessoas que entravam no mercado de trabalho, que contribuíram para o INSS, mesmo sabendo as dificuldades que o INSS passava, se não tiverem a garantia que o INSS, no futuro, iria dar sustentação à todos os funcionários do município, quiçá, um Regime Estatutário onde, naquele momento, ninguém ingressava por concurso público no Município porque não estava visto lá, ou seja, tinha um valor que entrava no fundo que seria criado e posteriormente não teria mais dinheiro para agregar só aquelas pessoas, era para imaginar as pessoas se aposentando, enfim, num futuro quem iria pagar aquela aposentadoria aos funcionários, ou seja, a limitação com relação a aposentadoria era o limite da CLT, era de três mil e poucos reais, fora aquilo, poderia entrar até numa previdência privada para quem ganhava mais, ele garantia para todos que, noventa por cento dos funcionários ganhava menos que três mil e cem reais, que era o teto do INSS, noventa por cento; então, aquilo era privilegiar os marajás que estavam preocupados com a aposentadoria, não era privilegiar o funcionário público; então, ele voltava a dizer, na Lei Orgânica, artigo cento e trinta e dois, falava de todos os benefícios, ou melhor dizendo, cento e trinta e quatro, que tinha o funcionalismo público, não poderia deixar perder, ninguém tinha o que o Município tinha, a cada cinco anos de

efetivo trabalho do Município, tinha dez por cento de aumento real no salário do servidor, fora o que tinha todo ano, era preocupante aquilo por que? Porque naquele momento todo mundo ganhava dez por cento, não importava se trabalhava ou não, enfim, quando era Estatutário, o chefe iria dizer se a pessoa merecia ou não, então todo mundo teria que puxar o saco do chefe porque se não puxasse o saco do chefe não iria ser a pessoa merecedora dos dez por cento ou cinco por cento do benefício que tinha de promoção de carreira e por tempo de serviço, e não era só aquilo, tinha uma série de coisa, isso porque se tratava de um fundo; pediu para imaginarem se criar uma autarquia ou alguma coisa para gerar o recurso das pessoas; seriam mais funcionários para locar aquele departamento para poder saber onde seria aplicado o dinheiro, enfim, quanto tinha, quando iria pagar, quem iria pagar, era complicado, complexo demais; então, era um absurdo participar de uma discussão como aquela se era que estava participando, porque, a grande maioria do funcionalismo não estava participando, pegaram pessoas, e que a discussão nem havia chegado na Casa e ele teve a oportunidade de conversar com o doutor Airton e ele achou melhor participar, procurar saber, não havia nem chegado na Casa e ele esperava que nem chegasse mas, se chegasse, que pelo menos não viessem com aquela pressão de votar rápido porque sabiam que no ano vindouro precisava sobrar dinheiro para investir lá e cá, era para parar com aquilo, então, era um absurdo tudo aquilo que estavam fazendo; ele voltava a dizer, era para pegar a Legislação Federal e Estadual estavam acabando com os Estatutários, quem tinha, tinha, quem era Estatutário até o momento, continuava, dali para frente, quem ingressava no Poder Público iria ser Estatutário novamente só que a aposentadoria era limitada no teto do INSS senão, não aguentaria; naquele momento o Presidente da Câmara informou que havia esgotado o tempo do Vereador. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia dezessete de novembro de dois mil e onze, quinta-feira, conforme requerimento aprovado naquela sessão, com início determinado para às dezenove e trinta horas, dando início, a seguir, à Tribuna Livre. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri
Presidente

Referente à Ata da 26ª Sessão Ordinária, realizada aos 8 de novembro de 2011.-

Vereador Fábio Augusto Pina
Vice-Presidente

Vereador Rubens das Virgens
Primeiro Secretário

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

